



Universidade de Brasília

Instituto de Relações Internacionais

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

XVI Curso de Especialização em Relações Internacionais

**Inteligência de Estado como instrumento de promoção e  
salvaguarda de Política Externa: lapsos e interações do panorama  
brasileiro, de 1990 a 2015.**

**Márcio Luiz Aguiar Protásio**

**Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção  
do título de Especialista em Relações Internacionais**

**Orientadora: Professor Doutor Alcides Vaz**

**Brasília**

**2015**

## **Resumo**

Este estudo pauta-se no cenário da Inteligência de Estado no Brasil durante os últimos 25 anos, concatenando este instrumento de política pública às necessidades da política externa brasileira. Pretende-se demonstrar a relevância do papel da Inteligência na tomada-de-decisão da política exterior, a sua capacidade em subsidiar a condução das políticas referentes às agendas internacionais, bem como o monitoramento e antecipação de possíveis constrangimentos e conflitos internacionais que poderão ser apresentados ao país. Ao abordar o panorama brasileiro, a partir do início da década de 1990 até o início de 2015, interpretar-se-ão as suas estruturas normativas, organizacionais em paralelo com as relações políticas entre os órgãos governamentais e a prática decisória do seu usuário, lançando luz sobre o processo decisório, os princípios da política externa bem como as interações e lapsos entre esta e a inteligência de Estado.

Palavras-chave: Inteligência de Estado, Política Externa, Processo Decisório.

## **Abstract**

This paper is guided on State Intelligence scenario in Brazil during the past 25 years, concatenating this instrument of public policy for the needs of Brazilian foreign policy. It is intended to demonstrate the relevance of the role of intelligence in decision-to-decision of foreign policy, its ability to support the conduct of international agendas related policies, as well as monitoring and anticipation of possible constraints and international conflicts which may be submitted the country. Addressing the Brazilian scene, from early 1990 to early 2015, will be interpreted in its normative, organizational structures in parallel with the political relations between the government and the decision-making praxis of your user name, launching light on the decision-making process, the principles of foreign policy as well as the interactions and gaps between it and the State intelligence.

Keywords: State Intelligence, Foreign Policy, Decision-Making.

## **1-Introdução**

Inteligência de Estado é um plexo temático controverso historicamente. Seu debate tem sido com frequência, evitado em nível político e negligenciado nos espectros sociais. A sua amplitude temática-operacional e a coexistência do seu secretismo com o regime democrático vigente atestam a sua complexidade e desafios societários. Em nível nacional o tema tem modesta abordagem acadêmica, sobretudo no campo das relações internacionais, e está envolto por estigmas político-sociais, as quais se manifestam pelo receio de um atavismo político, o que torna a peculiaridade da inteligência mais intangível para a sociedade.

Quando se trata de Globalização e Segurança Internacional e o binômio poder/conhecimento, na presença de inúmeros cenários conflituosos da atualidade e a manutenção de um ambiente internacional de desconfianças, essa lacuna institucional e analítica abre precedentes para o país se sujeitar às ações coercivas e clandestinas de outros Estados. Esta arena revela a necessidade de transformar a realidade exterior do Brasil para uma maior proatividade.

Este cenário intriga o estudioso a interpretar as interações e os lapsos existentes entre a Inteligência de Estado e a política externa brasileira. Sabe-se que a responsabilidade acadêmica no Brasil sobre estas temáticas, principalmente dos recentes riscos e ameaças encontra-se escassa. O empenho desta análise visa não só compreender as dinâmicas apresentadas, mas também estimular futuros trabalhos nacionais neste campo.

Pelo objeto de estudo proposto, pretender-se-á alcançar a faixa de domínio cognitivo conhecida por Compreensão. Buscar-se-á ir além da mera descrição dos fatos típica do nível Conhecimento. Recorrendo ao nível Compreensão será interpretado o panorama apresentado, dando significado aos elementos, às estruturas e aos processos presentes.

Apesar de reconhecer as intervenções recentes no objeto inteligência- tanto em âmbito global quanto doméstico- de novos atores em nível intersocietário, mediante a atuação de organizações e agentes da sociedade civil, e da pertinência do nível individual, na condição de agentes públicos, o nível de análise será Política Externa uma vez que a inteligência de Estado é entendida aqui como um instrumento

de política exterior. Desta forma inteligência de Estado é um suporte governamental para se aferir os resultados desejáveis da política externa. Para tanto, analisar-se-á a interação entre a inteligência de Estado e a política externa nos últimos 25 anos.

O objetivo de interpretar estes plexos da inteligência e da política exterior esta amparado conceitualmente pelos modelos de tomada de decisão em política externa propostos por Graham Allison

Entende-se aqui que a compreensão dos arranjos organizacionais e das dinâmicas políticas envolvidas, a partir de suas normas, funções, rotinas, bem como dos comportamentos de agentes individuais estratégicos e das disputas entre os órgãos fornecem bons elementos para interpretar os objetivos deste trabalho.

Destarte a metodologia se aplica à inferência descritiva, conjecturando a inteligência de Estado e política externa brasileira, interpretando suas interações, incongruências e seus desdobramentos. Para tal feito, foram realizadas pesquisas em documentos governamentais (estudos, leis, decretos), em documentos acadêmicos (estudos científicos), em publicações semi-científicas, como as revistas especializadas, em pesquisas online, bem como no Seminário “Brasil no mundo: deveres e responsabilidades” e no envio de questionários para à Agência Brasileira de Inteligência- ABIN- e ao Ministério das Relações Exteriores-MRE.<sup>1</sup>

Para a construção, coesão, cientificidade e ambientação da análise no campo das Relações Internacionais, aplicou-se a abordagem pós-estruturalista por entender que a temática envolvida requer o estudo das relações entre conhecimento e poder, assim como o questionamento das estruturas existentes e de que tipo de conhecimento e poder são estabelecidos diante da cooperação ou carências entre a inteligência de Estado brasileiro e a política externa.

No decorrer deste estudo, usar-se-á o termo ‘inteligência de Estado’ de acordo com a concepção trina de Sherman Kent, entendida como produto, processo e

---

<sup>1</sup> O Seminário “O Brasil no mundo- deveres e responsabilidades” foi realizado pela Câmara dos Deputados, através da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na data 2/12/2014. Vale ressaltar aqui, quanto às respostas dos questionários, a Agência Brasileira de Inteligência- ABIN- asseverou que não fornece informações para fins de pesquisa “por serem de conhecimento restrito e de interesse das entidades determinadas em lei.”, sugerindo, no entanto, como fonte para a pesquisa o portal da agência ([www.abin.gov.br](http://www.abin.gov.br)) e os artigos da Revista Brasileira de Inteligência, disponibilizados no respectivo site. Já o Ministério das Relações Exteriores, respondeu as formulações protocoladas via o Serviço de Informação ao Cidadão sob NUP nº 09200000041201517.

organização. Quando o enfoque estiver centrado no processo/atividade recorreremos ao termo ‘serviço secreto’ ou ‘de inteligência’.

Destarte, de acordo com o contexto, ora a terminologia ‘inteligência de Estado’ abarcará as organizações integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência-SISBIN-, ora se restringirá aos órgãos centrais, como foi com o SFICI- Serviço Federal de Informações e Contra-Informações, o SNI- Serviço Nacional de Informações, a SI- Secretaria de Inteligência e a SSI- Subsecretaria de Inteligência no passado; e na atualidade com a Agência Brasileira de Inteligência-ABIN.

Para se chegar ao panorama em que se encontra a inteligência brasileira e a sua relação com a política externa será realizada uma digressão ao século XX, cenário fecundo para o padrão político e institucional da inteligência brasileira da atualidade. Em seguida trabalharemos os conceitos acadêmicos, técnicos e governamentais. Posteriormente analisaremos as interações e os lapsos intrínsecos entre os institutos da inteligência de Estado e a política externa brasileira. E por fim concluiremos lançando luz sobre os padrões analisados com os modelos de tomada de decisão e o perfil do decisor de política externa.

## **2- Contextualização teórico-conceitual:**

A Inteligência de Estado, do ponto de vista acadêmico é instrumento de poder, direcionado à tomada de decisão governamental, capaz de influenciar os processos políticos e sociais, através de informações estratégicas, obtidas e protegidas por meio de procedimentos específicos e sigilosos.

Estes procedimentos acessam informações-em suma dados negados por países e organizações devido à importância do seu conteúdo- por meio de fontes humanas e tecnológicas. Em tese são condutas legais, por derivarem da esfera governamental. Contudo a busca por estes dados e informações- os quais podem aferir vantagens e garantias de segurança do país bem como evitar cenários desfavoráveis- pode engendrar também a prática de atividades clandestinas como as *covert actions*, a espionagem, sabotagem, terrorismo, etc.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Um dos mecanismos clandestinos atuantes sob a política internacional são as *covert actions*- operações encobertas. Segundo Cepik (2001), as operações encobertas (*special politic actios, aktivnye*

Gonçalves (2011:7-8) destaca a conceituação trina de Sherman Kent, um dos autores renomados e pioneiro na área, egresso da CIA. Segundo esta concepção a inteligência de Estado seria a interação entre o produto- conhecimento disseminado; o processo- atividade especializada; e organização- agência governamental.

Como aponta Herman (1996), na perspectiva Kentiana:

In his book Kent portrayed it as the essence of rational government. 'Our policy leaders find themselves in need of a great deal of knowledge of foreign countries. They need knowledge which is complete, which is accurate, which is delivered on time, and which is capable of serving as a basis for action. (Herman, 1996: 138).

Para Michael Herman "Intelligence is produced to influence government action, however remotely."(1996:137).

Governments collect, process and use information [...] 'intelligence' in government usually has a more restricted meaning than just information and information services. It has particular associations with international relations, defence, national security and secrecy, and with specialized institutions labelled 'intelligence'. (Herman, 1996: 1).

Já Cepik (2001) coloca o enfoque da inteligência de Estado em nível de serviço/atividade e organismo governamental responsável pela coleta, análise e disseminação de informações relevantes para o processo decisório e implementação de políticas públicas. Para o autor inteligência de Estado é instrumento de poder, informação e coerção. Está atrelada aos serviços de segurança, tendo como enfoque temático-operacional as áreas da defesa, das relações exteriores e da ordem pública. Segundo o autor, por acessar dados negados, os órgãos devem fomentar a 'plausibilidade da negação' para o uso de seus governos.

Para a conceituação governamental-normativa entende-se a inteligência de Estado como a atividade legal de natureza sigilosa que visa à obtenção e análise de informações para a produção e disseminação do conhecimento relevante para assessorar o processo decisório do Presidente da República e sobre a segurança da

---

*meropriatiia*) são recursos de poder, através de manipulações, de um governo ou organização voltados a influenciar o comportamento de países e organizações de acordo com seus os interesses. As operações possuem significativa instrumentalidade incidindo sobre os espectros variados da sociedade- no campo social, político, econômico, cultural, etc. Sua operacionalidade se dá com o aporte material- como através de dinheiro, armas, tecnologia- e ou político-ideológico, por meio de propaganda na tentativa de desestabilizar, desinformar e influenciar às percepções de um governo e ou de sua população.

sociedade e do Estado. Vale frisar que nesta abordagem governamental brasileira a Inteligência é um recurso estritamente legal, descartando, em tese, o uso dos meios ilegais, como a *covert actions* e a espionagem.

Vale destacar que para compreender os processos informacionais, é preciso categorizar dois atores relevantes do circuito informacional que serão referenciados no decorrer deste estudo: o produtor do conhecimento- órgão especializado; e o cliente/ usuário principal- o presidente da república.<sup>3</sup>

Conceito pontual para conectar a contribuição do serviço secreto para a política externa é o da inteligência externa uma vez que seus objetos e área de atuação estão no exterior:

[...] voltada à identificação de oportunidades e ameaças relacionadas às capacidades, intenções e atividades de pessoas, grupos ou Estados estrangeiros, bem como de organizações internacionais e transnacionais. Assim, a Inteligência Externa está estreitamente vinculada à Defesa Nacional e à Política Externa de um país” (Gonçalves, 2011:48).

A relevância da inteligência externa como instrumento da política externa, segurança e defesa de países fomenta Estados com ambições mais incisivas internacionalmente a estruturarem serviços secretos especializados na atuação externa. Entre estes países figuram os EUA, por meio da CIA; Israel, através do Mossad; Grã-Bretanha por intermédio do MI6. Contudo, como ressalva Gonçalves (2011), há países que optaram centralizar a inteligência doméstica com a externa em um só órgão, como o Brasil, Argentina e Canadá.

Dadas essas premissas, analisar-se-á o panorama da inteligência de Estado como instrumento de política externa, estribando-se aos Modelos de Tomada de Decisão de Allison (1971). Tal prospecção lançará luz sobre o contexto organizacional, as funções e formas, os conflitos e as escolhas, enunciando quais as dinâmicas normativas e políticas interferem no processo de tomada de decisão desde 1990. Destarte compreender-se-á as estruturas organizacionais que interagem ou constroem a inteligência de Estado como instrumento de política externa no Brasil.

Graham Allison (1971), ao analisar o contexto da política externa referente à crise dos mísseis de Cuba na década de 1960, construiu três modelos para embasar

---

<sup>3</sup> Quanto ao usuário final/principal da inteligência de Estado, a ABIN e legislação afirmam ser este o presidente da república. A despeito desta definição, há polêmicas quanto esta priorização do usuário, principalmente quando se detecta problemas no fluxo informacional da presidência, no qual há um intermediário entre o produtor e o cliente. Mais adiante discorreremos sobre este detalhe. Vale frisar que os chefes dos diversos órgãos do governo federal podem receber relatórios da inteligência.

sua análise: o do Ator Racional; o do Processo Organizacional; e o da Política Governamental.

No modelo do Ator Racional, o processo decisório na política externa tem como substrato a maximização dos objetivos estratégicos e a redução dos custos envolvidos. O agente governamental, diante da variedade de opções cenográficas, calcula suas ações de acordo com seus interesses e do delineamento dos seus objetivos, recursos e capacidades, bem como da avaliação financeira e seus possíveis ganhos conjunturais.

Allison estabeleceu o modelo Processo Organizacional, de cunho sistêmico, o qual elenca as interações das organizações por meio das funções, valores e procedimentos institucionais destes. Mediante esta abordagem o circuito decisório é compreendido através do mapeamento dos ritos, das normas e dos desenhos organizacionais envolvidos, como as linhas de comando que interferem neste processo.

Já o modelo da Política Governamental atenta para as contendas entre as instâncias governamentais e suas implicações no processo decisório. A política externa seria o produto das disputas de interesses divergentes entre agências governamentais. As decisões não confluem para maximização dos interesses nacionais uma vez que aquelas se direcionam ao atendimento das percepções e preferências particulares de órgãos.

Adiante contextualizaremos a inteligência de Estado e o seu papel instrumental para a política externa.

### **3-Contextualização histórica da inteligência de Estado no Brasil**

O panorama da inteligência de Estado no Brasil no século XXI é intrigante devido à complexidade político-histórica do país aliada à natureza *sui-generis* da inteligência de Estado. Destarte, há necessidade em se estabelecer referências temporais para se compreender os processos da inteligência no Brasil.

A historiografia da inteligência de Estado no Brasil pode ser revelada a partir de um longo período de gestação (1927-1956), passando por momentos mais proativos (1964-1990), com o marco da ruptura com reestruturação e o processo da



estagnação e retração (1990-1994), a fase de uma modesta renovação e da gestação legislativa do que viria a ser o órgão central atual (1994-1999) e a fase de reestruturação com expansão (1999-2010) e novamente estagnação e retração (2011-2015).

A instituição do Conselho de Defesa Nacional em 1927, pelo presidente Washington Luís, é entendida como marco regulatório inicial da inteligência de Estado no país. O intuito primordial do conselho era coletar informações para a defesa da pátria, Contudo o conselho não passara de um embrião orgânico, pois não estava devidamente estruturado para fornecer informações sensíveis ao seu governo. (Figueiredo, 2005: 38).

Com os desdobramentos do Estado Novo, o Conselho foi reestruturado, contudo se manteve sem operacionalidade e desacreditado pelo presidente Getúlio Vargas (Figueiredo, 2005: 41-45). O governo seguinte, do General Eurico Gaspar Dutra deu contornos ao que hoje entendemos como legado gerencial castrense dos serviços de inteligência brasileiros. Em 1946 é criado o Serviço Federal de Informações e Contrainformação- SFICI- um órgão civil subordinado à estrutura militar do Conselho de Segurança Nacional. Engendrava-se também aqui a doutrinação militar do serviço civil, com aporte estadunidense, contextualizada sob a forte conotação anticomunista do conflito da Guerra Fria e focada contra alvos internos (Figueiredo, 2005: 50-59).

O SFICI ainda carecia de recursos humanos e logísticos. Dada a urgência político-ideológica de combate à ameaça comunista, os Estados Unidos pressionou o governo de Juscelino Kubitschek a fortalecer o serviço secreto brasileiro. Em 1956 Kubitschek cria um grupo de trabalho para reestruturar o SFICI e em 1958, após a regulamentação presidencial, o serviço começou a se desenvolver operacionalmente (Figueiredo, 2005:61-70).

Já o breve governo de Jânio Quadros ficou marcado no contexto da inteligência por colocar no comando do SFICI o coronel Golbery do Couto e Silva, O coronal Golbery, profundo conhecedor dos serviços secretos, viria a se tornar em 3 anos, já como general o formulador do serviço secreto civil no regime militar.(Figueiredo, 2005:93-98).

Um dos fatos históricos relevantes analiticamente para este estudo, dadas suas características organizacionais e cognitivo-individuais, foi o governo de João Goulart (1961 a 1964). A intensidade da conjuntura político-social daquele período demandava do governo, altos padrões de responsividade diante da acentuação dos dilemas do processo decisório. A ascensão de Goulart ao poder engendrou o afastamento dos rivais do governo que estavam lotados no SFICI e a reformulação do SFICI (Figueiredo, 2005:104-111)

Como ressalta Figueiredo (2005:112-114) ainda que pese a reestruturação do SFICI proporcionar melhor responsividade ao Governo de João Goulart- principalmente no que tange aos movimentos conspiratórios dentro do governo-, o Presidente era muito mal assessorado. As deficiências do serviço se manifestavam por meio das lacunas, das imprecisões legislativas, da carência de analistas, da falta de autonomia financeira e por uma cadeia hierárquica que inviabilizava o acesso direto ao Presidente da República. O serviço até então estava subordinado ao Conselho de Segurança Nacional do Gabinete Militar.

Conforme o autor, a nomeação do general Argemiro de Assis Brasil para o Gabinete Militar, recrudesciu a deficiência informacional deste governo. O general Assis Brasil reiteradas vezes ignorou a forte suspeita de espionagem e de golpe militar. O general negligenciou o momento político conturbado e conspiratório contra o governo. A assessoria falha custou caro ao próprio general: Goulart desposto, desprestígio moral, breve exílio, prisão militar e expulsão do Exército- fato raro nas Forças Armadas (2005:113-115).

O romper do golpe militar de 1964 deu ao serviço secreto *status* político nunca antes vivenciado no país. Por outro lado, os aspectos controversos e polêmicos do *modus operandi* do serviço não tiveram continuidade como também se intensificaram. A inteligência de Estado agora sendo protagonizada pelo Serviço Nacional de Informações- SNI era detentora de um poder político e financeiro equiparável às estruturas dos serviços secretos das grandes potências mundiais.

Figueiredo (2005:121-361) relata o SNI, elevado ao status ministerial, passara a assessorar diretamente o Presidente da República, fato notável para a efetividade do

fluxo informacional para a tomada de decisão. O serviço espalhou-se e adquiriu alta capilaridade no meio político e social.<sup>4</sup>

O momento político repressor patrocinado pelo Estado engendrou o recrudescimento de estigmas políticos e sociais referentes ao serviço secreto (Antunes, 2001).<sup>5</sup>

Com o processo de redemocratização, agora com Sarney na Presidência, esperava-se que o serviço secreto fosse remodelado (Figueiredo, 2005:360-361). Contudo seu governo frustrou a ordem natural, através da continuidade a cultura organizacional e da expandindo o serviço. Conforme Figueiredo, Sarney usufruiu extensivamente dos relatórios de inteligência (2005:360-361).

O contexto da década de 1990 foi o marco histórico para na tentativa de remodelação mais democrática da inteligência de Estado no Brasil. As transformações desta época iniciaram-se pela extinção do poderoso Serviço Nacional de Informações- SNI- e por consequência o Sistema Nacional de Informações no início do governo de Fernando Collor- atendendo uma promessa de campanha.<sup>6</sup> A terminologia também seguiria as transformações, passaria de ‘Informações’ para ‘Inteligência’.

Assumiu no seu lugar, o Departamento de Inteligência- DI. Rompendo uma longa tradição, a inteligência de Estado, através do DI, passaria agora a estar vinculado à chefia civil da Secretaria de Assuntos Estratégicos- SAE- comandada pelo jovem economista Pedro Paulo Leoni Ramos. Houve um significativo *downsizing* no setor- passando de 3612 servidores, antes da extinção do SNI, a 1500 com o DI. Havia projetos de controle externo bem como do fim da prática de controle sobre a vida privada de indivíduos e o intento em direcionar o foco da inteligência para o exterior. Contudo estes projetos não vingaram. O DI existiu de 1990 a 1992 (Figueiredo, 2005: 449-465).

---

<sup>4</sup>Neste período o governo criou as Divisões de Segurança e informações (DSI) e as Assessorias de Segurança e Informações (ASI). Ambos eram responsáveis por passar informações ao SNI de toda dinâmica que ocorria nos ministérios civis, empresas e autarquias, inclusive dados sobre a conduta pessoal de seus funcionários e ministros. Estes aspectos contribuíram para a formação de estigmas paisanos contra o SNI (Figueiredo, 2005:156-158).

<sup>5</sup> Mais adiante trataremos dos estigmas contra o serviço secreto brasileiro.

<sup>6</sup> Segundo Figueiredo (2005:449-450) a referida promessa envolvia motivos pessoais de Collor contra o Ministro-Chefe do SNI do governo Sarney, General Ivan de Souza Mendes.

Posteriormente, sob o governo de Itamar Franco foi criada a Subsecretaria de Inteligência- SSI- substituindo o DI e tendo melhor *status*. Seu governo se distinguiu em comparação ao governo anterior pelo atavismo dirigente na inteligência. Itamar Franco chamara para a chefia da inteligência (do DI e depois do SSI), o Coronel da reserva, egresso do SNI, Wilson Romão, seu amigo de infância, e para a chefia da SAE, o almirante Mário Flores. Romão trouxe de volta através de nomeações militares do extinto SNI. Tal conduta, as práticas ineficientes e os rumos do SSI incomodava o almirante Flores, que num certo momento pediu a exoneração de Romão ao presidente.

Com Romão deposto, fora nomeado para a chefia do SSI Afonso Marcondes, egresso também do SNI. Marcondes deu um novo alento ao órgão, reestabelecendo cursos antigos, estabelecendo parcerias com outros órgãos e assessorando a implementação da inteligência da Receita Federal e da Previdência, melhorando a imagem institucional do serviço (Figueiredo, 2005: 479). Itamar tinha pouco tato com a inteligência de Estado, demandando pouco e equivocadamente do SSI:

Itamar pedia pouca coisa do serviço secreto. Na maioria das vezes, apenas mandava apurar denúncias que recebia por meio de cartas apócrifas. De resto, acostumara-se a deixar o órgão livre para decidir o que fazer, como fazer e o que levar ao conhecimento do Planalto. O presidente, contudo, sabia apreciar o valor do trabalho feito pelo Serviço. Ainda mais em ano eleitoral. (Figueiredo,2005:483).

Itamar atribuiu ao Almirante Flores um projeto de lei que lhe foi entregue somente no final de seu governo. O referido projeto previa a vinculação direta do serviço secreto à Presidência da República e com seu raio de ação estritamente doméstico (Figueiredo, 2005:487).

O SSI se manteve de 1992 a 1999, o qual no decorrer deste período se vinculou hierarquicamente à SAE (1992 à 1995), à Secretaria- Geral da Presidência (1995 à 1996) e depois à Casa Militar (1996 à 1999)

A gestação do advento da ABIN e do inédito dispositivo normativo do controle externo da inteligência de Estado iniciou-se com as iniciativas do governo de Fernando Henrique Cardoso:

“Tão logo tomou posse, em janeiro de 1995, Fernando Henrique revelou a intenção de promover mudanças no serviço secreto. Ele pretendia fortalecer o *Serviço*, mas dotá-lo, pela primeira vez, de mecanismos de controle externo. Mudaria também o nome. Depois de chamar-se Sfici, SNI, DI e SSI, o serviço

adotaria então a sigla Abin (Agência Brasileira de Inteligência)” (Figueiredo, 2005:490, grifo do autor).

Neste processo, surgiram as propostas legislativas de deputados como José Genoíno, José Dirceu e Jacques Wagner. Os respectivos projetos de lei variavam, entre o enfoque na atuação doméstica do serviço e o da ação preponderantemente externa. Contudo a proposta do General Alberto Mendes Cardoso, chefe da Casa Militar sobrepujou as do Congresso, definindo os contornos ao que é hoje o órgão central de inteligência federal (Antunes, 2001; Figueiredo, 2005; Oliveira 2010). Então em 1999 é criada a ABIN (Lei nº 9883), após anos de discussão no Congresso e na Presidência.

A ABIN iniciou-se no governo de Fernando Henrique Cardoso, o qual no governo de Itamar Franco fora chanceler de 1992 a 1993. A direção-geral da nova agência ficou a cargo do coronel da reserva Ariel De Cunto e com a chefia ministerial do General Alberto Mendes Cardoso, agora titular do recém-criado Gabinete de Segurança Institucional-GSI-, extinguindo consequentemente a Casa Militar (Oliveira, 2010). A quantidade de atribuições centralizadas no GSI o General Cardoso acumulara substancial poder na Presidência da República.

O General não era egresso dos órgãos de inteligência, contudo era notável estrategista (Figueiredo, 2005: 491). Sua postura reservada, mas resoluta e ativismo engendrou tais feitos no setor. Segundo Oliveira, a condução política do general Cardoso à frente do GSI na área da inteligência buscava-se pautar nos valores da transparência, modernização e propaganda (Oliveira, 2010: 136).

De acordo com o autor os primeiros anos foram marcados por imprecisão jurídica. As leis e decretos eram incapazes de dirimir conflitos conceituais uma vez que estavam permeados de cláusulas gerais e conceitos jurídicos indeterminados, abrindo precedentes para várias interpretações e condutas.

Sob a direção de De Cunto o órgão promoveu 2 concursos públicos para provimento dos seus quadros funcionais. Contudo ainda no ano de 2000 De Cunto foi exonerado em decorrência dos efeitos políticos do escândalo sobre as escutas telefônicas do caso BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- ocorrido em 1998 ainda pelo SSI.

Na gestão do governo Lula, a condução e coordenação da inteligência de Estado estiveram marcadas pelo ativismo político-institucional do chefe do GSI, General Jorge Armando Félix.

O período também ficou caracterizado por conturbadas substituições na Diretoria-Geral da ABIN, entre escândalos e oportunismos políticos. Em oito anos de governo, o órgão teve cinco diretores-gerais (Oliveira, 2010: 140-141). Destaca-se aqui, o segundo semestre de 2007, marcado pela insatisfação de Lula com o histórico de escândalos e a sua preocupação com os rumos da agência. Entre os objetos de descontentamento do governante estavam o caso dos Correios em 2005 e o fato da ABIN não alertá-lo sobre as vaias pela sua presença na abertura dos Jogos Pan-americanos de 2007. Lula, desde então se convenceu de uma necessária e audaciosa reformulação do órgão. Para esta tarefa incumbiu a Paulo Lacerda, advindo da direção-geral da Polícia Federal e prestigiado por implantar o projeto de reestruturação da Polícia Federal (Oliveira, 2010: 141)<sup>7</sup>.

Destarte a gestão de Lacerda, de cunho revisionista, reestruturou o órgão, criando a carreira de inteligência e os cargos de Oficial e de Agente de Inteligência, melhorando a comunicação do órgão com a imprensa e realizando em 2008 um concurso público com os novos cargos- até então o último concurso para a área-fim. (Ibidem, 2010: 142).

O intento da tríade entre Lula, Félix e Lacerda se ancorava numa repaginação da agência elevando-a a padrões de eficiência operacional equiparável a CIA. Ambos dirigentes viajaram para os EUA para visitar seus órgãos de segurança no intuito de conhecerem os modelos de combate ao terrorismo e ao crime organizado. Apesar dos avanços normativos e estruturais da gestão Lacerda, as acusações da participação ilegal da agência na Operação *Satiagraha* bem como no caso do grampo do STF culminaram na sua exoneração.

---

<sup>7</sup>“O presidente quer dar uma nova cara para a Abin e me encarregou de fazer uma ampla reestruturação no órgão”, disse Lacerda, explicando que o seu objetivo é dar um perfil mais dinâmico às atuações da agência’...Quando assumiu a PF, em janeiro de 2003, Lacerda recebeu do então ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, a missão de transformar o órgão num FBI (a polícia federal americana), em matéria de eficiência. O delegado dobrou o efetivo policial, aparelhou a máquina, aperfeiçoou a área de inteligência e deu um salto nas investigações. Agora, o desafio é aproximar a eficiência da Abin do departamento de inteligência norte-americano, a CIA.” Disponível em: <[http://www.conjur.com.br/2007-set-04/paulo\\_lacerda\\_lei\\_permite\\_abin\\_escutas](http://www.conjur.com.br/2007-set-04/paulo_lacerda_lei_permite_abin_escutas)>. Acesso em: 20/03/15.

A inteligência no governo de Dilma Rousseff se caracterizou pela estabilidade dos ocupantes dos cargos de chefe do GSI e de Diretor-Geral da ABIN. O GSI ficou a cargo do General José Elito Siqueira e a direção da ABIN sob o comando de Wilson Trezza, -servidor de carreira, desde o SNI- o qual já ocupa a direção desde 2008 ao substituir Lacerda.<sup>8</sup>

Com os primeiros anos do governo Dilma Rousseff percebeu-se a mudança abrupta de perfis presidências: Lula expansivo politicamente e afinado com os seus auxiliares; já Dilma, tem carácter centralizador e focado no ambiente doméstico. As gestões do Ministro-Chefe do GSI e do Diretor-Geral da ABIN têm sido caracterizadas pela continuidade destes no cargo, pelo êxito na segurança dos grandes eventos e do trabalho preventivo contra o terrorismo, pela condução de programas de proteção ao conhecimento sensível e pelo comportamento circunspecto de ambos dirigentes.<sup>9</sup> O estilo *low profile* destes arrefeceu o protagonismo do binômio Félix-Lacerda e lança luz sobre a máxima de um serviço silente, a eficiência de sua operacionalidade e a transparência.<sup>10</sup> Diferentemente das constantes aparições dos generais Cardoso e Félix em coletivas de imprensa para tratar dos assuntos afetos ao tema num processo de sociabilização (Figueiredo, 2005: 528), o General Elito não esteve presente em momentos que requeriam o posicionamento do GSI e da ABIN diante do público. Tal ausência se evidenciou no caso da denúncia de Snowden sobre a espionagem dos EUA contra a Presidente. Na ocasião quem prestou esclarecimentos diante a coletiva de imprensa foram o Ministro da Justiça e o das Relações Exteriores. A gestão tem sido marcada também por acusações de

---

<sup>8</sup> ”A agência foi alvo de críticas, de uma campanha intensa na imprensa, e esteve no meio de uma crise institucional. Tivemos que responder a duas CPIs e enfrentamos a situação altamente constrangedora de passar por duas atividades de busca e apreensão. Acho que atendemos aos questionamentos. A Abin deixou de constar da pauta dos órgãos de mídia e hoje tem um perfil mais reservado’ - afirmou Wilson Trezza.” Disponível em:<<http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2009/10/15/comissao-aprova-a-indicacao-de-trezza-para-diretor-geral-da-abin>>. Acesso em: 08/03/2015

<sup>9</sup> Entre estes programas desenvolvidos pela ABIN está o PNPC- Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento.

<sup>10</sup>: “O diretor-geral interino da Abin (Agência Brasileira de Inteligência), Wilson Roberto Trezza, disse nesta quinta-feira que tem um perfil mais "reservado" do que seus antecessores no cargo. Avesso a entrevistas e à exposição pública, Trezza disse acreditar que o perfil do diretor-geral da Abin deve ser de uma pessoa com menos publicidade...‘Não quero fazer juízo de valor das pessoas que me antecederam, mas sou uma pessoa mais reservada. Acho que a minha atividade, por natureza, prescinde desse tipo de exposição’, afirmou.” Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2009/10/635322-interino-da-abin-diz-ter-perfil-mais-discreto-que-seus-antecessores.shtml?mobile>>. Acessado em: 18/03/15.

escândalos políticos, e pela continuidade das lacunas informacionais entre o produtor, o coordenador intermediário e o usuário decisor.

Uma entrevista, veiculada pelo jornal Valor Econômico, com o Diretor-Geral da ABIN Wilson Trezza coloca em tela os lapsos interacionais no fluxo informacional para a tomada de decisão do presidente da República.<sup>11</sup> A pauta era sobre a dimensão das manifestações de junho de 2013 e a Copa das Confederações; o descontentamento da Presidente Dilma com os órgãos de inteligência e de segurança e a operacionalidade da ABIN. O Diretor-Geral afirmou que por conta das manifestações e daquela copa, foram produzidos mais de 110 documentos. Segundo o mesmo, as informações produzidas são reportadas diretamente ao ministro-chefe do GSI, uma vez que o diretor não despacha com a presidente e, portanto, desconhece se o produto final chega até ao Chefe de Estado.

Um fato notório da inépcia e tibieza informacional entre o GSI e o Palácio do Planalto foi o episódio do impeachment do presidente Fernando Lugo no Paraguai, o qual o seu desfecho surpreendeu a presidente brasileira. A ABIN com antecedência produziu relatórios alertando o risco do impedimento presidencial, contudo tais informações não estão sendo repassadas à presidente pelo Ministro-Chefe do GSI.

Os entraves normativo-estruturais não foram superados. A carência quantitativa de pessoal, as restrições orçamentárias, a ambiguidade das leis e as lacunas programáticas existentes têm limitado e constrangido a elevação da operacionalidade institucional.

Durante o seminário “Brasil no mundo: deveres e responsabilidades” promovido pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, ao se discutir as irregularidades na Petrobras e a eficiência do sistema informacional, o ex-analista da Secretaria de Assuntos Estratégicos, André

---

<sup>11</sup> Segundo Trezza: “Eu posso encaminhar o relatório de inteligência para o ministro-chefe do GSI e ele entender que não precisa necessariamente entregar o relatório, ou ele pode reportar o fato à presidenta da República. Agora, se me perguntar quais dos cento e pouco relatórios que produzimos foram encaminhados ou se sentaram pra conversar, não sei dizer... Ainda que a presidenta não recebesse nosso relatório, se quatro ou cinco ministros envolvidos na questão receberem, isso será objeto de deliberação. Essas informações foram trocadas com todas as estruturas envolvidas com os grandes eventos.”

O mesmo elucida ao dizer que não despacha com a presidenta e que o diretor-geral se reúne diariamente com o ministro-chefe do GSI. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/3178106/violencia-de-protestos-surpreende-abin>>. Acessado em: 02/03/15.



Woloszyn, enfatizou que “o processo decisório nacional depende da vontade do demandante”. Segundo o mesmo, o conhecimento é produzido e disseminado, cabe ao decisor utilizá-lo ou ignorá-lo, lançando luz sobre as falhas do circuito informacional da tomada de decisão presidencial.

De acordo com general Maynard Santa Rosa- ex-chefe da Divisão de Contraineligência do Centro de Inteligência do Exército-, na prática a preponderância tem sido política uma vez que a autoridades tem a prerrogativa de valorizar ou não a informação no seu processo decisório. O general apontou a inaptidão cultural dos usuários principais por descrença nos serviços secretos, acarretando consequentemente o desconhecimento institucional em detrimento da definição dos objetivos e necessidades do processo decisório e do próprio serviço.

De acordo com Joannisval Gonçalves o panorama é preocupante já que os investimentos são ínfimos, se comparável às agências estrangeiras, em um setor vulnerável às ações estrangeiras para obtenção de conhecimentos sensíveis. O mesmo pontua a inércia presidencial ao não promulgar o Plano Nacional de Inteligência, que está aguardando a sanção presidencial desde 2010. A falta desta regulamentação agrava o panorama uma vez que é o documento norteador para a inteligência. Para Gonçalves inteligência de Estado e democracia são plenamente compatíveis, pontuando que os seus dilemas podem ser mitigados a partir da vontade política, da modernização legislativa, da valorização da carreira e com a pertinência do controle externo.

Discute-se atualmente a possibilidade de se criar uma emenda constitucional que eleve a normatividade da informação e da inteligência de Estado.

Vale pontuar, segundo Gonçalves, que a direção da agência tem-se mobilizado para a realização de um novo concurso, contudo tem-se esbarrado no fator político. Desde 2011 e nos anos seguintes o órgão tem solicitado autorização para o certame ao Ministério do Planejamento. Todavia têm sido negado o certame reiteradas vezes sob a alegação orçamentária. Dos três governos analisados, até então, a gestão Dilma Rousseff foi a única que não realizou concursos para prover os quadros da agência, atestando defasagem funcional e gargalos analíticos de um órgão que monitora 700 cenários de interesse para a segurança nacional.

As manifestações sociais ocorridas em meados de 2013, assim como os rumos das operações da Polícia Federal, têm despertado, segundo matérias jornalísticas, descontentamento da presidente Dilma Rousseff por não ter sido alertada pela ABIN sobre o seus desdobramentos.

Ainda no seminário, o sociólogo e diretor de Inteligência e Estratégia e sócio da Arko Advice, Thiago de Aragão destacou o protagonismo diplomático na era Lula, atribuindo ao que chamou de triunvirato-uma sintonia político-pessoal entre o presidente Lula, o chanceler Celso Amorim e o assessor Marco Aurélio Garcia na condução da política externa. Segundo o mesmo, naquele governo a condução da política externa foi conformada com os princípios históricos do Itamaraty e o forte componente partidário da Presidência.

Aliados a este “triunvirato” figuraram-se a situação econômica favorável do país e o cenário internacional da época.

Segundo Aragão, o Itamaraty, que historicamente era o formulador e condutor da política externa, passou a depender da articulação entre Lula, Amorim e Marco Aurélio Garcia ao passo que o componente partidário se apropriava do sucesso da política externa. Para o mesmo, neste processo a política de partido se fortalece e o papel articulador do Itamaraty diminui.

Com a assunção de Dilma Rousseff no Palácio do Planalto e o gradual arrefecimento da diplomacia presidencial no seu governo, começaram a surgir entraves na condução da política externa uma vez que esta ficou dependente do protagonismo da Presidência da República. Apesar deste vácuo político, o Itamaraty tem encontrado dificuldades em regressar ao protagonismo de outrora. Ademais, a sua autonomia encontra-se limitada diante da gradual restrição orçamentária desta gestão.

Conforme Aragão a perda da coordenação presidencial abriu precedentes para a atuação protagonista de outros atores no processo. Nesse interim outros órgãos governamentais como o MDIC- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o BNDES-Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- e o Ministério da Defesa ganharam espaço na formulação da política externa brasileira.

Percebe-se aqui um processo político-institucional marcadamente heterodoxo que é caracterizado por instabilidade organizacional, com pontos de inflexão, evidenciando letargia gestacional, descontinuidades e incongruências, mas com a preservação de uma cultura organizacional castrense.

#### **4- Inteligência de Estado e Política externa: lapsos e interações**

A atividade de inteligência no Brasil tem se sedimentado no enfoque interno. Este aspecto se deu originalmente em decorrência da acuidade dos governantes em combater seus rivais políticos; e do proselitismo advindo da Guerra Fria contra o comunismo.

"No Brasil os serviços de informações foram criados e direcionados para a resolução de questões internas, obedecendo a apenas uma das etapas do processo de formação dos sistemas de inteligência internacionais" (Antunes, 2001: 190).

Ainda há uma grande dificuldade no Brasil de perceber o adversário externo como o principal alvo de uma atividade de inteligência, o que é perfeitamente compreensível, uma vez que os órgãos de informações foram criados no país para monitorar a segurança interna [...] O almirante Flores- responsável pela Secretaria de Assuntos Estratégicos e pela condução da inteligência de Estado no governo Itamar Franco-, por exemplo, foi um dos que declarou que a atividade de informações voltada para a área externa era um luxo que apenas algumas potências poderiam se dar. (Antunes, 2001: 193).

Conforme Cepik (2001) os serviços de inteligência de todo mundo depararam na década de 90 com a inevitável redução orçamentária e questionamento do seu papel em face das diretrizes de redução da presença e estrutura do Estado. Nos anos seguintes se acentuaram os dilemas com o avanço das telecomunicações, das mídias sociais e informacionais, do surgimento de consultorias privadas na área de segurança internacional e novas pressões sobre a cultura organizacional das instituições.

Os serviços secretos lidam com uma situação controversa da publicidade dos seus resultados operacionais. Pela cultura organizacional isolacionista da inteligência, embasadas pela segurança sobre o sigilo das informações e ações, na qual até os resultados considerados exitosos não costumam ser divulgados. Ao exonerar o chefe da CIA, responsável pelo fracassada invasão da Baía dos Porcos em

Cuba, o presidente John Kennedy proferiu “vossos êxitos raramente são proclamados, mas vossos erros jamais podem ser perdoados” (Figueiredo, 2005:114).

Já o jornalista israelense Yoel Marcus lança luz sobre as causas que levam a ocultação dos feitos: “Apenas os equívocos do Mossad são públicos. Os triunfos devem permanecer guardados a sete chaves. Estes últimos são os que fazem com que o povo de Israel possa ir para casa com segurança.” (Frattini, 2014:19).

Por outro lado, esta característica incorre ao risco político dos vazamentos sobre os escândalos reforçar estigmas políticos e sociais sobre a inteligência de Estado.

De acordo com Figueiredo (2005:221) os responsáveis diretos, entre a comunidade de informações, pela prática da tortura no regime militar eram os serviços secretos das Forças Armadas. Estes cediam agentes aos DOI-Codi que operavam conjuntamente com os do Dops- estruturas policiais e castrenses voltadas ao combate de oponentes ao regime.

O SNI passou à história com o estigma de ter realizado operações que envolveram tortura, morte e desaparecimento. A rigor, isso não aconteceu. O *Serviço* não encostava num único fio de cabelo dos subversivos. Sua função era outra: alimentar, com dados, a *comunidade de informações*, ou seja, entregar os inimigos do governo, numa bandeja, aos encarregados diretos da repressão. (Figueiredo, 2005: 221, grifo do autor).

Para Antunes (2001: 26) a retenção de informação, particularmente na seara da defesa nacional e política externa, sob a guarida da segurança nacional reforça a estigmatização da inteligência, criando um abismo entre sociedade e os serviços secretos.

O estigma, segundo Antunes (2001: 26) inicialmente concebido pelos gregos como sinais corporais que anunciavam alguma característica individual entre o que se entendia por extraordinário ou normal. Com o passar do tempo o termo tem sido assimilado com um sentido pejorativo envolvendo referenciais da sociedade para definir comportamentos fora dos padrões estritos de normalidade social. O estigma inferioriza a identidade social do indivíduo com visões parciais e rígidas em detrimento da totalidade dos seus atributos.

Conforme Antunes (2001:22) a atividade de inteligência está envolta por desconfianças devido ao significativo poder e autonomia que os serviços tinham nos regimes militares da América do Sul.

De acordo com Cepik (2005) Luban afirma que a transparência é condição para a confiança popular e sustentação das instituições e legitimação das ações governamentais. Fica evidente que instituições que perpassam por processos legítimos e ciclos de controle social engendram o reconhecimento popular, a estabilidade e permanência. A institucionalização da inteligência consolida processos de capacitação e o cabedal do conhecimento produzido. Para Luban, a compatibilidade entre transparência e sigilo da inteligência estaria na necessária justificativa à sociedade.

Ao se aplicar o Modelo Ator Racional quando nos remontamos ao estigma sociopolítico que incorrem os decisores sobre as instituições, fica em evidência nesse espectro os processos cognitivos limitados do tomador-de-decisão. Entre estas limitações apresenta-se o “fechamento cognitivo prematuro” trabalhado por Robert Jervis, como aponta Oliveira (2010;52). Este conceito é baseado em imagens pré-concebidas sobre um tema com a tendência em não confrontar com ideias opostas às convicções pré-estabelecidas do decisor. Quanto mais imprecisas são as informações e associadas ao tempo escasso para a tomada, maior a possibilidade de ocorrer o fechamento cognitivo prematuro (Oliveira, 2010:51-52).

Valendo-se do Modelo do Processo Organizacional, é fundamental a abordagem normativa, uma vez que estão incutidas nestas as narrativas oficiais, as percepções, os interesses nacionais e objetivos que norteiam a atuação governamental. O estudo das normas e seus discursos oficiais conjugados com o desenho organizacional oferece um panorama mais amplo ao analista: responsabilidades assumidas, representatividade, coordenação, patrimônio e lacunas.<sup>12</sup>

Ao lançar luz sobre o Modelo de Política Governamental, levantam-se as questões sobre as disputas entre órgãos/agentes envolvidos no processo pelo poder,

---

<sup>12</sup>O quarto artigo e seu parágrafo único da Constituição Federal retratam as orientações e posições do país quanto às relações internacionais e o viés da integração regional. A Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa, assim como o Livro Branco de Defesa Nacional e o projeto Política Nacional de Inteligência são importantes documentos de política externa. Estas são importantes balizas entre a congruência ou discrepância entre os discursos e as ações governamentais.

sejam eles os membros do Sistema Brasileiro de Inteligência, sejam eles os produtores, coordenadores e usuários finais, etc.<sup>13</sup>

Recorrer às abordagens de Allison- tanto do ponto de vista do Modelo de Ator Racional quanto o do Processo Organizacional e o da Política Governamental, emergem as lacunas normativas; o distanciamento, a circunspeção e o *trade off* do processo decisório; bem como as contendas intersetorias presentes no governo atual. A Política Nacional de Inteligência aguarda a sanção da Presidência desde o final do governo Lula. Quais motivos racionais do poder decisório sustentariam essa omissão que engessa a atuação dos órgãos do sistema de inteligência? Haveria um melhor desenho organizacional para a tomada de decisão? Quais as disputas intragovernamentais na formulação e condução da referida política?

Diante dos fatos históricos recentes sobre o terrorismo e seus riscos, por que o país ainda não possui arcabouço legal antiterrorismo? O país ainda não forneceu uma resposta contra precariedade da infraestrutura da segurança das comunicações do país evidenciada pelos vazamentos do Wikileaks e do ex-analista terceirizado da National Security Agency, Edward Snowden. Quais os fatores que constroem a reatividade e responsividade do produtor, do chefe-ministerial e do usuário?

Frente aos condicionantes conjunturais, percebemos gargalos normativos, estruturais, humanos, internacionais e domésticos na inteligência brasileira.

Pelas credencias historicamente atribuídas ao Brasil na condução de sua política externa, sobretudo seu universalismo e pragmatismo ecumênico responsável, tais condições se tornam um desafio institucional se o Estado retrocede institucionalmente e se abstém em acompanhar os cenários internacionais e em se antecipar a estes desafios. Dado os números de parcerias estratégicas, cooperações, declínio e ascensão de Estados, as condições econômicas, financeiras e técnico-científicas do país geram novas pressões como um maior engajamento na proteção de seus bens sensíveis.

O processo de inserção internacional do Brasil é marcado pela proeminente presença do Estado em vários estágios da sua História política. O seu corpo diplomático tradicionalmente delineia as bases de sua inserção internacional. O quadro funcional do Itamaraty é altamente capacitado para as missões internacionais

---

<sup>13</sup>Mais adiante trataremos sobre as implicações do Modelo de Política Governamental.

de grande envergadura. O regime democrático do país, seus princípios e valores conferem à política externa um alto grau de previsibilidade e um caráter universalista.

O país é regido por princípios do Pacifismo, um forte componente de valor sociocultural local, tendo como expressões máximas o não-confronto, a busca pacífica de soluções de controvérsias, uso massivo das negociações, o não armamentismo e a rejeição do uso da força para obtenção dos resultados desejados. O seu estoicismo jurídico se manifesta reconhecendo e respeitando os tratados, sob a forma de cumprimento integral dos tratados consignados. Já os princípios constitucionais da Autodeterminação e Não-intervenção são frutos políticos do pacifismo, como forma de repúdio à intervenção e agressão estrangeira. Seus valores e práticas ao longo dos anos ratifica um perfil tradicional, afeto a poucas rupturas, consolidando um projeto nacional de inserção internacional coeso.

A atuação político-diplomática, que se dá por meio do Realismo, interpreta os fatos e processos de forma eficaz e lhe confere uma capacidade de adequação dos interesses às demandas internacionais. Por vezes, esse realismo se exacerba e se transforma em Pragmatismo, prática política na qual os resultados tem proeminência sobre o conceito, resultando na despolitização e no desmanche ideológico-, e para posteriormente consolidar a ideia do Pragmatismo Ecumênico e Responsável, a qual busca parcerias internacionais e construções institucionais variadas, mas oportunas aos interesses nacionais.

Secularmente o Liberalismo prevaleceu sobre as bases econômicas do Brasil. Com o desenvolver do novo estágio, o Neoliberalismo, dá-se continuidade ao projeto nacional de integração internacional ajustada, conferindo uma maleabilidade na ação. Sua política volta-se para competitividade e para viabilizar o desiderato desenvolvimento socioeconômico do país. O Brasil é líder no processo de integração econômica da América Latina. A estabilidade econômica local lhe confere credenciais para protagonizar nas agendas econômicas.

O país é um dos mais bem articulados com o cenário internacional. Tradicionalmente sua atuação se desdobrava entre a América Latina, os EUA e a Europa Ocidental. O país tem se engajado nos últimos 10 anos no multilateralismo e

regionalismo. A construção de novas parcerias estratégicas tem se realizado por meio de foros e blocos, como o BRICS, IBAS, bem como o MERCOSUL, UNASUL, G20.

Os arranjos do BRICS estão em voga, não só pela relevância de seus membros, mas principalmente pelo recente advento do seu fundo financeiro de U\$ 100 bilhões e a criação do seu banco de desenvolvimento. Estas recentes inovações não simbolizam uma nova ordem internacional, mas representam um complemento ao sistema monetário-financeiro. Paralelamente, o IBAS, configura um foro que abarca discursões que não são suscitadas nas cúpulas do BRICS, como a temática direitos humanos e democracia.

Regionalmente, o país está imerso num contexto pacífico entre seus vizinhos. O país situa-se numa região de baixa pressão. Com um extenso território, não há conflitos fronteiriços. A sua riqueza em recursos naturais, marcada pela sua biodiversidade, atesta a inexistência do expansionismo. A América Latina é uma área prioritária da política externa brasileira, assim como a região do Atlântico Sul. Esta região manifesta o interesse nacional em mantê-la como longe de conflitos beligerantes.

O Brasil mantém seu protagonismo como articulador de integração da região, tendo entre seus maiores êxitos o MERCOSUL e a UNASUL. Os avanços do MERCOSUL e o grau de comprometimento com a integração da América do Sul acarretaram numa série de constrangimentos para a efetivação da ALCA. A regionalização, através do MERCOSUL, extrapola a temática econômica e ganha forte valor estratégico, conotando uma resposta aos desafios da globalização.

A ONU é a expressão mais próxima da governança global. É o foro multilateral proeminente que oferece maior visibilidade internacional ao país. A performance do país nos últimos 10 anos propondo agendas de reforma das instituições e de regimes na condição de negociador de temas globais variados, sobretudo as agendas ambientais, de desarmamento, de democracia e de direitos humanos, lhe conferiu maior destaque político e credenciais no sistema internacional. O protagonismo internacionalista do governo Lula da Silva contabilizou relevantes feitos político-diplomáticos: a partir do seu governo até 2013, o número de embaixadas duplicou na África, evidenciando uma triplicação na balança comercial.



Não obstante, a partir de abril de 2009, a China ter se tornado o maior parceiro comercial do Brasil, os EUA não devem perder sua proeminência de parceiro histórico e estratégico devido às suas credenciais. As relações bilaterais entre estadunidenses e brasileiros encontrasse numa etapa de afirmação. Os EUA são o segundo maior parceiro comercial do Brasil, enquanto que este ocupa a oitava posição nas transações comerciais dos estadunidenses. A União Europeia figura como outro parceiro estratégico, formalmente oficializado a partir de 2007, e desde então tem sido realizado anualmente reuniões de cúpula para tratar de temas globais, pretendendo avançar conjuntamente no combate contra a fome e a pobreza, alterações climáticas e debatendo sobre a crise financeira internacional.

A Argentina figura como o terceiro parceiro comercial do Brasil, consolidando um ambiente de interdependência e cooperação engendrado há 30 anos, quando ambos se mobilizaram para romper um panorama secular de desconfiança mútua.

No âmbito da segurança, a postura pacifista do país, o seu não-armamentismo e o repúdio do uso da força oportuniza a militância pelo diálogo. Em setembro de 2011, na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas, o discurso da presidente Dilma Rousseff ao tratar sobre Responsabilidade de Proteger, cunhou o termo Responsabilidade ao Proteger, salientando que não cabe somente à comunidade internacional a proteção dos civis contra os crimes de guerras, genocídios e demais crimes contra a humanidade, e sim a ênfase da proteção exercida com responsabilidade, de forma que ato de proteger não engendre outro conflito. É oportuno ressaltar que Brasil é signatário do Tratado de Não- Proliferação de Armas Nucleares a partir de 1998 e vem promovendo pesquisas e desenvolvimento de materiais nucleares para fins pacíficos.

Nos últimos 10 anos principalmente no governo Lula da Silva, viu-se o surgimento e adensamento do pleito como membro permanente no Conselho de Segurança. Se o país conquistar o assento permanente, o seu capital político será a participação efetiva no rol das grandes potências político-militares e a capacidade de influenciar decisões do conselho, consequentemente tirando proveito destes resultados externos e concatenando-os aos objetivos e interesses nacionais.

A política externa brasileira no início do século XXI balizou sua atuação por meio do multilateralismo da reciprocidade. Segundo Cervo (2011) essa característica advoga a defesa de solução pacífica de controvérsias com uso extensivo da negociação e participação proativa em fóruns internacionais e em cúpulas de blocos políticos- econômicos.

Para Cervo (2011: 533) tem sido por meio do desenvolvimento do multilateralismo recíproco que o país defende a interdependência da economia internacional, reconhecendo o papel relevante dos países emergentes neste cenário e constrói estratégias de articulação sul-sul, sem perder a perspectiva pragmática da diversificação de parceiros, capacidades e oportunidades.

Conforme Cervo (2011: 536), a postura autônoma do país nas decisões de sua política exterior com preservação do interesse nacional, tem clarificado no cenário internacional a sua postura política. E aqui reside o elo político entre a atuação doméstica e a internacional: é a partir da compreensão sistêmica da articulação dos interesses nacionais com binômio doméstico-internacional, que, por exemplo, a segurança- nacional e internacional- se atrela ao desenvolvimento socioeconômico bem como políticas internas são irradiadas para o exterior. Tal compreensão nos permite averiguar o grau e os fluxos de poder e influência. E dessa forma as agendas se entrelaçam politicamente e tal posicionamento afere ao país ganho conceitual e respaldo nacional e internacional.

Para o autor, há o avanço do livre comércio, porém, condicionado reciprocidade e pelo regramento das diversas agendas da ordem internacional. Esse engajamento político se estriba na defesa pela reforma das instituições e sua representatividade, Esse movimento da política externa brasileira foi potencializado na figura do presidente Lula o qual a habilidade política lhe conferiu protagonismo e projeção midiática significativa do país no exterior.

A apresentação internacional do biocombustível, por Lula, como resposta aos gargalos energéticos do mundo, mas com o claro intento de torná-lo uma das *commodities* a favor do Brasil, também figura como uma importante estratégia que não tem ganhado o devido contorno programático no governo Dilma.

Os princípios internacionalistas do Brasil aferiram à sua política externa confiança e acessibilidade aos cenários políticos internacionais. A consolidação dos

dividendos político-econômicos, através da robustez diplomática e presidencial na década de 1990 e na primeira década do século XXI, engendrou a formação de redes de contato político-econômico para o país (Cervo, 2011: 552). Contudo a desenvoltura e a ampliação dessas redes, que poderiam fornecer janelas de oportunidade para o país ao longo prazo têm-se arrefecido diante do baixo perfil político-diplomático da gestão Dilma.

A despeito deste cenário estagnante, vale registrar a desenvoltura autonomista no exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior-MDIC, do Ministério da Defesa-MD e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA.

Em particular, ganha relevo para este estudo os recentes arranjos legais sobre a EMBRAPA. A empresa que antes estava restrita legalmente ao território nacional, com o novo marco regulatório- Lei nº 12.383 de 2011- que alterou o dispositivo da lei anterior- Lei nº 5.851 de 1972, foi conferida a sua expansão no exterior fomentando acordos de cooperação técnico-científica, com escritórios na África e na América Latina e com laboratórios virtuais nos EUA, na França e Coreia do Sul.<sup>14</sup>

Presenciamos nestes últimos 5 anos o recrudescimento da crise econômico-financeira internacional no país desafiar a governabilidade e repercutir rompendo com a estabilidade política e econômica vigentes no governo antecessor. Tais eventos aliados às limitações técnicas e orçamentárias se traduzem em um ambiente de tepidez decisória governamental, afetando a operacionalidade da política externa e colocando em xeque o protagonismo e os ganhos adquiridos nos últimos 20 anos. O momento político conturbado por que passa o governo Dilma, é conferido pela rotatividade de chanceleres-em 4 anos o Brasil teve 3 Ministros das Relações Exteriores, enquanto que na gestão Lula, apenas 1 ministro conduziu a pasta nos oito anos de governo.

Buscando compreender a disparidade e ou continuidade do processo governamental nas relações exteriores nos últimos 20 anos, tem-se discutido no cenário político-acadêmico as relações interpessoais entre alguns agentes políticos do primeiro-escalão da Presidência da República e do Itamaraty atreladas ao contexto político e socioeconômico de cada período. Há autores que estudam processos

---

<sup>14</sup> A Lei nº 12383 de 2011 adveio da Medida Provisória nº 504 de 2010.

cognitivos e psicológicos que possam influenciar o processo decisório (Oliveira, 2010: 52).

Não bastassem as lacunas e os entraves normativos que dificultam a operacionalidade da ABIN no âmbito doméstico e exterior, segundo Oliveira (2010:146) é reportado que há uma cultura organizacional do MRE em recusar a presença de agentes e oficiais de Inteligência em missões diplomáticas e consulares. O autor constata a imagem predominante que o Itamaraty se apropria da função informacional sobre os temas externos. Com tal comportamento a chancelaria não só advoga seu monopólio informacional relativo às questões externas, mas também forja a participações de outros órgãos aptos ou com potencial de atuação externa, bem como reforça sua postura isolacionista a despeito de integrar o SISBIN. Segundo French (2006), diante do problema do serviço secreto em expandir e atuar no exterior, o governo brasileiro que possui uma das melhores chancelarias do mundo, poderia prover o Itamaraty com as funções de inteligência no exterior.

Do ponto de vista do Modelo de Política Governamental, o qual esboça as contendias intersetoriais, o Itamaraty, que historicamente centraliza as ações de política externa, eclipsa a capacidade de outras agências governamentais em atuar mais incisivamente no exterior. Entre estes figuram a ABIN, através de sua função institucional de salvaguardar e prospectar conhecimentos no exterior de interesse nacional, o MDIC; o Ministério da Agricultura, a Embrapa entre outros. Percebe-se aqui, não só uma lacuna acadêmica, mas também institucional em nível de política externa e de Inteligência.

Dos poucos dispositivos normativos que conferem a ABIN a atuação externa há o inciso décimo do artigo 18 do decreto nº 6408 de 2008 que possibilita o cargo de adido civil atuando em repartições diplomáticas brasileiras no exterior e o artigo décimo da lei nº11776 de 2008 que prevê a designação, pelo Diretor-Geral da agência, de agentes e oficiais de inteligência para prestarem serviço no exterior. Para Oliveira (2010) a presença da ABIN no exterior é insignificante. Por suas capacidades percebe-se que a inteligência foca-se no ambiente interno e se omite sobre o papel da inteligência nas relações internacionais. Uma matéria de autoria de Fabio Pereira Ribeiro, veiculada na revista Exame questiona a presença pífia no exterior e mesmo assim centrada com aditâncias na América do Sul e uma em Key

West (e não em Washington ou Nova York) nos EUA, em detrimento de outras partes do globo de extrema importância estratégica.<sup>15</sup>

Como reporta French (2006, p.18), os países latino-americanos não demandam um vasto sistema de inteligência como nos padrões dos países desenvolvidos e de potências mundiais como os EUA e Inglaterra. Países latino-americanos geralmente se restringem operacionalmente ao ambiente interno e quando muito aos seus vizinhos, mas raramente vão além desta região.

Diante destes fatos ocorridos nos últimos 15 anos, endossa-se aqui uma mobilização político-diplomática notável do Brasil nos foros e agendas internacionais. Seus valores e princípios são sólidos e atestam previsibilidade e segurança jurídica para a estabilidade nas relações internacionais. O país mostra-se comprometido com o multilateralismo, bem como com o axioma democrático e com a reforma institucional- agendas políticas necessárias para a efetividade da governança global. Vê-se uma continuidade dos seus propósitos internacionais através do seu corpo diplomático altamente capacitado. Constata-se que a passagem de governos não evidenciou uma ruptura da sua inserção internacional, mas apresentou, devido às contingências do sistema financeiro-econômico internacional e às particularidades do governo atual, uma variação na intensidade desse processo político e social com o exterior.

As restrições orçamentárias do Itamaraty evidenciam a necessidade de se debater o seu realismo pragmático ecumênico e o seu tradicional insulamento político-social no sentido de superar suas estruturas convencionais- fragmentadas com as demandas sociais por informação de suas políticas- e buscar oportunidades no ambiente doméstico e internacional. Já à ABIN cabem revisões institucionais na mesma direção e maior proatividade na área exterior. O imperativo da segurança nacional bem como as interações institucionais e sociais típicas do regime democrático exige tais avanços. Os estigmas de órgãos com “poderes invisíveis” só são superados quando se um canal de debate com a sociedade civil.

---

<sup>15</sup> RIBEIRO, Fábio Pereira. Por que a Abin não está no exterior? Exame. São Paulo. 10 nov. 2013. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/rede-de-blogs/brasil-no-mundo/2013/11/10/por-que-a-abin-nao-esta-no-exterior/>>. Acessado em: 12/01/2015.

Em que pese o isolamento histórico do Itamaraty referenciado pela academia, vale destacar as informações concedidas por este a respeito da sua interação com ABIN e o SISBIN.

O Sistema Brasileiro de Inteligência- SISBIN- criado pela Lei nº 9883 de 1999-, é uma estrutura balizadora de interação da inteligência de Estado brasileira. Até o presente momento é composto por 31 órgãos de 15 ministérios. Sua finalidade é subsidiar o processo decisório do presidente da República. Sua estrutura horizontal tem como órgão central a ABIN, responsável pela integração informacional entre os órgãos, e como órgão coordenador o GSI. Segundo o decreto nº 4376/2002, seus órgãos tem entre suas competências: produzir conhecimentos, planejar e executar ações relativas à obtenção e integração de dados e informações; intercambiar informações intrínsecas às atividades de inteligência e contrainteligência; fornecer à ABIN, para fins de integração, informações e conhecimentos específicos relacionados com a defesa das instituições e dos interesses nacionais.

O critério de filiação ao sistema, de acordo com a lei nº 9883/1999, atende aos órgãos que possam produzir conhecimentos sobre inteligência, sobretudo na área de defesa externa, segurança interna e relações exteriores. Desta forma, órgãos do Ministério da Defesa, das Forças Armadas, do Ministério da Justiça e do Ministério das Relações Exteriores são membros natos do SISBIN.

O Ministério das Relações Exteriores- órgão vital para a condução da política externa e com arcabouço técnico para a atuação externa-, compõe o Sistema através da sua Secretaria-Geral de Relações Exteriores e da Coordenação-Geral de Combate aos Ilícitos Transnacionais.

Ao responder o formulário deste autor, o MRE enfatizou a sua filiação ao SISBIN e o seu trabalho conjunto com a ABIN, com grande número de informações intercambiáveis para a produção de conhecimentos de interesse nacional, na salvaguarda de conhecimentos sensíveis e na condução da política externa brasileira. Asseverou que toda a transmissão de informações sigilosas é protegida pelo sistema criptográfico desenvolvido pela ABIN. Todos os seus funcionários que classificam ou tem acesso à informações sigilosas são credenciados de acordo com as normas do Gabinete de Segurança Institucional.

O MRE destacou que neste ano de 2015, foi editada a Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) do MRE. No Instituto Rio Branco são ofertadas aulas sobre a transmissão e salvaguarda de informações sigilosas e sobre a Lei de Acesso à Informação.

O MRE relatou que em 2014 enviou 52 mensagens contendo informações provenientes dos Postos no exterior que pudessem ser relevantes para as atividades de inteligência.

O escopo dos temas tratados é bastante variado, envolvendo operações policiais estrangeiras no combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas, análise da conjuntura internacional em diversas regiões, relato de atentados terroristas e da repercussão dessas ações nos respectivos países, entre outros assuntos.<sup>16</sup>

Em 2014 foram recebidos pelo Itamaraty 65 Relatórios de Inteligência e 13 Pedidos de Conhecimento da ABIN.

Além da interação por meio do SISBIN, representantes do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) e da ABIN têm participado das reuniões internacionais que tratam de temas de seu interesse, não apenas no âmbito bilateral, mas também em diversos foros, como MERCOSUL, OEA, BRICS, ONU. Ademais, o envolvimento dos órgãos de inteligência no processo de negociação de acordos e outros documentos internacionais de sua competência é essencial para o desenvolvimento dessas iniciativas.<sup>17</sup>

Por fim, o MRE relata estar “realizando consultas internas em torno de uma versão preliminar de Livro Branco sobre a Política Externa Brasileira. Após a finalização das consultas, serão definidas as próximas etapas do projeto.”.

## **5-Conclusão**

Inteligência de Estado é um processo que apresenta uma estrutura cognitiva a qual articula conhecimento, organismo e metodologia sigilosos direcionados a assessorar a tomada-de-decisão do Presidente de República. A sua capacidade em

---

<sup>16</sup> Informação fornecida pelo MRE em 12/03/2015 através de solicitação deste autor ao Serviço de Informações ao Cidadão

<sup>17</sup>No âmbito doméstico, o MRE mantém interlocução com representantes das áreas de inteligência em diversas iniciativas realizadas no Brasil, das quais são exemplos os Centros de Inteligência Nacional e Regionais, estabelecidos em 2012 nas cidades envolvidas com grandes eventos (como a Copa das Confederações e a Copa do Mundo FIFA de 2014) e sob coordenação da ABIN, e as ações anuais da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), que é coordenada pelo Ministério da Justiça e integrada por órgãos dos três Poderes da República, Ministérios Públicos e entidades da sociedade civil Ibidem.

subsidiar a condução das políticas referentes às agendas internacionais, bem como o monitoramento e antecipação de possíveis constrangimentos e conflitos internacionais que poderão ser apresentados ao país depende da cognição e da articulação entre os agentes envolvidos no processo.

Dados os desafios das dinâmicas dos arranjos internacionais os quais o Brasil integra, em particular pelo seu estoicismo universalista, a emergência da inteligência de Estado integrada a política externa é patente aprofundar as discussões. Negligenciar a institucionalização da inteligência de Estado e a sua contribuição para a política externa compromete a formulação e a condução de políticas públicas, bem como o seu desenvolvimento socioeconômico e a segurança nacional.

O regime democrático exige maiores responsabilidades e consequentemente responsividade do tomador de decisão. Neste contexto é de suma importância a interação entre os produtores (os órgãos componentes do SISBIN), a chefia-ministerial (coordenador/GSI), o usuário principal (Presidente da República) e seus auxiliares (Ministros).

A diversidade de perfis dos seus produtores, chefes-ministeriais e decisores principais encrudesce o descompasso do desenvolvimento institucional da inteligência de Estado. Viu-se no início da década de 1990 um projeto político setorial incongruente, apocalíptico e no decorrer da década um movimento restaurador. Nos primeiros 10 anos do século XXI houve transformações significativas, contudo, nos últimos 5 anos houve um arrefecimento e estagnação organizacional.

Recorrendo aos Modelos de Allison (Ator Racional; Processo Organizacional; e Política Governamental), ao longo destes últimos 25 anos, testemunhou-se o comportamento decisório destoante das exigências do cenário doméstico e internacional. A inépcia sobre o tema acarreta uma conduta circunspecta de alguns Presidentes da República comprometendo a proatividade do sistema. As imprecisões e lacunas normativas além de uma estrutura organizacional controversa dá azo à ineficiência responsiva. A presença de um intermediário entre o produtor e o usuário pode comprometer a qualidade e o fluxo da disseminação do produto final. Por outro lado, quando se evidenciava acuidade cognitiva destes para com a funcionalidade destas estruturas, alinhava-se aos deveres institucionais e à efetividade responsiva.



Viu-se o fator decisório e a institucionalização da inteligência ficarem prejudicados, por um bom período, devido às disputas ou problemas comunicacionais entre órgãos. Apesar dos expressivos lapsos vale ressaltar os sinais de superações de contendas e de estigmas entre órgãos, em certo grau, através das interações atuais entre o MRE e a ABIN, cumprindo com seus deveres institucionais e sistêmicos. A expectativa volta-se para a intensificação destes intercâmbios informacionais. É oportuno citar aqui o exemplo recente de desenvolvimento institucional ocorrido com a EMBRAPA. Através do engajamento político e legislativo a empresa pode consolidar a sua atuação no exterior. Tal fato serve de exemplo para se debater os limites geográficos e operacionais da ABIN.

Nesse interim, cabe à academia papel de destaque na ampliação do debate e nas formulações teórico-conceituais sobre essas duas áreas-irmãs. Fomentar essa temática no arcabouço das Relações Internacionais significa preencher expressiva lacuna acadêmica no país, consolidando a cognição social e governamental sobre o patrimônio institucional e sobre a repercussão das suas interações entre o doméstico e o internacional no desenvolvimento do país.

## **6-Referências Bibliográficas:**

ALLISON, Graham. *Essence of Decision: Explaining the Cuba Missile Crisis*. Little Brown, 1971.

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI e ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. São Paulo: FGV Editora, 2001.

BRASIL. Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972.

BRASIL. Lei nº 9883, de 7 de dezembro de 1999.

BRASIL. Medida Provisória nº 504 de 22 de setembro de 2010.

BRASIL. Lei nº 12383, de 1º de março de 2011.

BRASIL. Lei nº 12527, de 18 de novembro de 2011.

BRASIL. Decreto nº 4376, de 13 de setembro de 2002.

BRASIL. Decreto nº 6408, de 24 de março de 2008.

BRASIL. Decreto n 4553, de 27 de dezembro de 2002.

CEPIK, Marco. Serviços de inteligência: agilidade e transparência como dilemas de institucionalização. Tese de doutorado em Ciência Política. Rio de Janeiro, RJ: IUPERJ, 2001.

Comissão aprova indicação de Trezza para diretor-geral da Abin. Jornal do Senado. Brasília. 15out.2009. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2009/10/15/comissao-aprova-a-indicacao-de-trezza-para-diretor-geral-da-abin>>. Acesso em: 08/02/2015

DIOGO, José- Manuel. As Grandes Agências Secretas: os segredos, os êxitos e os fracassos dos serviços secretos que marcaram a história. São Paulo: Via Leitura, 2013.

DOMINGOS, José Antônio. Wikileaks: Segredos, informações e poder. Bauru, São Paulo: Idea Editora, 2011.

FIGUEIREDO, Lucas. Ministério do Silêncio-A história do serviço secreto brasileiro: de Washington Luís a Lula, 1927- 2005. Rio de Janeiro: Record, 2011.

FRATTINI, Eric. Mossad os carrascos do kidon: a história do temível grupo de operações espaciais de Israel. São Paulo: Seoman, 2014.

FRENCH, Horácio Alfredo. Serviços secretos em crisis. Córdoba: El Empório Ediciones, 2006.

GUERREIRO, Gabriela. Interino da Abin diz ter perfil mais discreto que seus antecessores. Folha de São Paulo. São Paulo. 8 out. 2010. Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2009/10/635322-interino-da-abin-diz-ter-perfil-mais-discreto-que-seus-antecessores.shtml?mobile>>. Acessado em:18/03/2015.

GONÇALVES, Joanisval Brito. Atividade de inteligência e legislação correlata. Niterói, RJ: Impetus, 2013.

HERMAN, Michael. Intelligence power in peace and war. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MEARSHEIMER, John J. Por que os líderes mentem: toda a verdade sobre as mentiras na política internacional. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

Mudança na inteligência: Paulo Lacerda pede lei que permite a Abin fazer escutas. Consultor Jurídico. 4 set. 2007. Disponível em: <[http://www.conjur.com.br/2007-set-04/paulo\\_lacerda\\_lei\\_permite\\_abin\\_escutas](http://www.conjur.com.br/2007-set-04/paulo_lacerda_lei_permite_abin_escutas)>. Acesso em: 08/02/2015.

OLIVEIRA, Marcel Carrijo de. A democratização tardia na Argentina e no Brasil. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Universidade de Brasília. Brasília, 2010.

RIBEIRO, Fábio Pereira. Por que a Abin não está no exterior? Exame. São Paulo. 10 nov. 2013. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/rede-de-blogs/brasil-no-mundo/2013/11/10/por-que-a-abin-nao-esta-no-exterior/>>. Acessado em: 12/01/2015.

Violência dos protestos surpreende a Abin. Valor Econômico. 28 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/3178106/violencia-de-protestos-surpreende-abin>>. Acessado em: 02/03/15.

